

Júlio Dinis Anglófilo? Interrogações, Perplexidades, Desafios

Miguel Alarcão
FCSH-UNL/CETAPS

Mesmo pondo de parte a sua ascendência britânica, se Dinis tivesse que escolher uma segunda nacionalidade, seria certamente a inglesa.”

(Stern, *Júlio Dinis*: 48)

À Prof.^a Doutora Ana Rita Soveral Padeira
(Universidade Aberta/CETAPS)

Não obstante o labor de universitários e estudiosos já desaparecidos (João Gaspar Simões, António José Saraiva, Maria Lúcia Lepecki...) ou ainda entre nós (Liberto Cruz, George Monteiro, Helena Carvalhão Buescu, Marina de Almeida Ribeiro, Ana Rita Soveral Padeira, Cármen Abreu ou Sónia Gomes da Silva), é com profunda tristeza que verificamos que Júlio Dinis (pseudónimo literário de Joaquim Guilherme Gomes Coelho, 1839-1871) é hoje em dia praticamente desconhecido do público juvenil, incluindo alunos de cursos superiores de Letras com a componente de Estudos Portugueses e/ou Lusófonos... Bem poderíamos subscrever, adaptando-a para o efeito, a estrofe final de um poema composto pelo próprio Dinis em 1865 (“A Inglesa”):

E hoje, ai, hoje por onde erra
 Esse neto de Inglaterra?
 Quem sabe lá!
 Quem na memória o conserva?
 Cresce alta no parque a erva
 Há tanto já! (*Poesias* 212)

Não será este o lugar para proceder a quantificações estatísticas, qualificações pedagógicas ou interpretações sociológicas desta realidade. Contudo, talvez seja possível avançar algumas hipotéticas explicações, como as reformas e revisões curriculares, mais ou menos aleatórias e descontínuas, dos programas de Português ministrados na escolaridade intermédia; a diminuição de hábitos e práticas de leitura; o estatuto e o lugar literários um tanto “híbridos” de um escritor tradicionalmente apontado como de transição ou charneira entre o Romantismo e o Realismo; a construção e propositura de universos, enredos e personagens romanescos frequentemente apontados como demasiado “cor-de-rosa”; a natureza predominantemente citadina da nossa litoralizada civilização, esquecendo-se ou desvalorizando-se os espaços e os tempos, naturais e culturais, do mundo rural e os seus patrimónios e actividades, etc.¹ Seja como for, ao desconhecimento juvenil da figura e da obra de Júlio Dinis há, infelizmente, que somar o próprio esquecimento da sociedade portuguesa de um autor marcante da nossa adolescência e um dos principais responsáveis, no início da década de 1970, por uma pré-orientação vocacional para Letras e pelo despontar da atracção por aspectos tradicionalmente apresentados e considerados como característicos – e mesmo idiossincráticos – da personalidade cul-

1. Helena Carvalhão Buescu vai mesmo mais longe, ao declarar:

É minha convicção de que é esta *felicidade histórica*, que marca a obra de Júlio Dinis, que ajuda a explicar um fenómeno curioso: o seu enorme sucesso no século XIX, face ao seu relativo esquecimento ou menosprezo no século XX. Porque a nossa contemporaneidade não partilha desses pressupostos, antes se cristaliza em torno de noções com eles incompatíveis, como a de ruptura, a de consciência da descontinuidade ou a de despersonalização. (66)

tural inglesa/britânica. Nesse sentido, as linhas que se seguem e retomam um artigo publicado nesta mesma revista em 1997 (Alarcão: 7-33) oferecem-se também, em larguíssima medida, como um tributo pessoal.

A questão específica sobre a qual tentaremos debruçar-nos, tomando como mote o passo transcrito em epígrafe, é a da alegada anglofilia de Júlio Dinis, encarada não tanto no plano literário-estilístico (leituras, modelos, influências, traços distintivos, etc.) – já objecto, aliás, ao longo do tempo, de análise por parte da crítica especializada –, mas no globalmente cultural. Antes, porém, gostaríamos de deixar claro que entenderemos aqui como subjazendo ao termo “anglofilia” não só um conhecimento efectivo da cultura e civilização inglesas/britânicas (e, evidentemente, empático com elas), mas também aquilo que tal conhecimento poderá comportar de preconceitos, estereótipos, ideias feitas, caricaturas ou qualquer outro tipo de distorção apriorística ou impressionista no plano das percepções, construções, representações e reproduções imagológicas. Sem pretendermos enveredar por reflexões de cariz conceptual ou teórico-filosófico sobre os intrincados nexos entre “realidade”, “representação” e “imagem”, cabe aqui recordar as palavras de dois reputados especialistas em Estudos Literários Comparados:

O estudo da imagem deve dar menos importância ao grau de ‘realidade’ de uma imagem do que ao seu grau de conformidade com um modelo cultural previamente existente, de que importa conhecer os componentes, os fundamentos, a função social. (...) Mas o verdadeiro problema é o da lógica da imagem, da sua ‘verdade’ e não da sua ‘falsidade’. Sendo representação, a imagem é necessariamente falsa. (Machado e Pageaux: 43)

Portador de uma definição essencial do Outro, o estereótipo é o enunciado de um saber colectivo que se pretende válido, seja qual for o momento (...). (...) Compreende-se, assim, de que maneira o estereótipo é, afinal, a forma embrionária do mito (...). (*Ibidem*: 44-45)

Tendo em conta estas observações, a questão está, pois, em saber até que ponto imagens estereotipadas e “massificadas” de um povo e/ou indivíduo (na circunstância, o inglês/britânico) e do seu “ADN” cultural e civilizacional, abstracta e universalmente considerado, poderão representar e reproduzir, de modo fidedigno, realidades (pres)supostamente intemporais ou atemporais.² Um segundo ponto passaria por testar se tais representações seriam “referendadas” ou “sufragadas” pelos próprios visados, que nelas poderão nem se reconhecer sequer... Finalmente, resta reflectir sobre se o receptor e reproduzidor incauto e acrítico de estereótipos (e não estamos de modo algum a afirmar que terá sido esse o caso de Júlio Dinis!), mais do que “culpado”, não será, afinal, uma “vítima” de mitos ainda em embrião, como sugerem Machado e Pageaux (ou já em circulação, acrescentaríamos nós...) ou, se preferirmos, de alguma “intoxicação imagológica” hegemonicamente imposta...

Sem pretendermos reproduzir aqui, por demasiado extensas, as considerações tecidas há vinte anos sobre o envolvimento de Júlio Dinis com a língua, literatura e cultura inglesa/britânica (cf. Alarcão: 25-28 *passim*, incluindo as respectivas notas), não resistimos a evocar os pontos de vista não totalmente convergentes – mas talvez complementares, afinal – avançados por Ana Rita Soveral Padeira e João Gaspar Simões:

Como estudioso (...), Dinis conheceu algumas obras da literatura europeia sua contemporânea, maioritariamente a francesa, mas também a inglesa e ainda a alemã, sendo que o contacto com estas duas últimas lhe chegou através de traduções francesas que circulavam um pouco por todo o país. (...)

2. Sugerimos, a este propósito, a consulta de George Mikes, Jeremy Paxman (sobretudo cap. 4, “‘True-Born Englishmen’ and other lies”: 60-76), Roger Scruton (cap. 3, “English Character”: 43-67) e, numa perspectiva abertamente acusatória da actuação e do legado britânicos no mundo, Stephen A. Grasse.

À literatura inglesa, **mesmo se lida através de traduções francesas**, foi o romancista buscar o tom moralista e pedagógico que atravessa toda a sua escrita ficcional, (...) bem como o gosto pelo pormenor, a tendência para a filantropia e a capacidade para o desenho de caracteres originais, (...). (Padeira, inédito [s.p.]; cf. também Navarro: 56-58) [negritos nossos]

Corroborando as alegadas limitações no domínio da língua inglesa, a autora transcreve o seguinte excerto de uma carta de 25 de Março de 1868, enviada por Dinis ao seu amigo e correspondente Custódio José de Passos:

O Soromenho anuncia-me a visita de um inglês, parente de Lord Stanley, que (...) está estudando a história dos descobrimentos portugueses, o qual inglês tem a excentricidade de querer traduzir *As pupilas*.

O homem já ontem me procurou. **Entendendo perfeitamente o português lido, não percebe palavra do pronunciado.** Há-de ser curiosa a entrevista. (Padeira, inédito [s.p.]; e Navarro: 149-150, n.147)³ [negritos nossos]

Cabe aqui perguntar: dar-se-ia o contrário com Júlio Dinis, isto é, entenderia também ele perfeitamente o inglês lido, mas teria dificuldades na compreensão e expressão orais? Antes de especularmos, passemos, porém, a palavra ao autor de *Elói*:

De resto é a familiaridade com esta língua [o inglês] (...) que lhe permite, muito novo, abeirar-se de **uma cultura literária por esse tempo bem pouco generalizada em Portugal (...) entre os próprios intelectuais.** E aí nos encontramos com uma das facetas da sua preparação que teria sido decisiva na orientação ulterior da sua carreira literária. **Falando ao que parece, mal e com sotaque a língua inglesa, dominava-a tanto ou tão**

3. Cf. também Stern, *Júlio Dinis*: 28, 53, n.7 e 143, n.17.

pouco que de muito jovem se pôs a traduzir os mestres das letras anglo-saxónicas, inclusivamente Milton e Shakespeare. (Simões:15) [negritos nossos]⁴

Dera-se com ele porém uma coisa **rara entre nós**: sabia inglês, era de ascendência britânica e admirava os mestres da ficção do país de seus avós. Eis o que antes de mais nada lhe permite apreciar a arte do romance **de um ponto de vista bastante novo** entre nós. (...) Efectivamente do romance inglês extraía Júlio Dinis grande parte dos ensinamentos que punha em prática. (*Ibidem*: 116) [negritos nossos]

Independentemente, pois, da língua efectiva de acesso à literatura inglesa (o inglês? O francês?) e das disparidades existentes entre os diversos níveis (d)e competências linguísticas (*skills*) de Dinis, consideramos ser muito provável que quaisquer suspeitas, alegações ou acusações de anglofilia resultem também, pelo menos em parte, de duas circunstâncias puramente epocais e contextuais: desde logo, o ainda relativo desconhecimento da língua, cultura e civilização de além-Mancha por parte da sociedade portuguesa, não obstante as experiências da emigração liberal da nossa primeira geração romântica e da aculturação e produção literárias de Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). Nesse sentido, seria difícil, pelo seu pioneirismo, qualquer formação “proto-anglicista” não sobressair, podendo eventual, mas não necessariamente, (a)parecer (como) anglófila... Por outro lado, deverá sublinhar-se o facto de, em meados do século XIX e apesar de recorrentes negociações e querelas

4. Cf. também *ibidem*: 133, 135-136 e 208-211, transcrevendo-se, nestas últimas, parte de um importante artigo de Sampaio Bruno, “O Romance Rural”, originalmente publicado em *A Geração Nova*. Hernâni Cidade e Ruy d’Abreu Torres oferecem-nos um depoimento muito semelhante, sublinhando que (...) foi o bom domínio deste idioma (no fundo a língua de sua mãe) que lhe permitiu, desde muito novo, e ao invés do que se verificava entre nós, mesmo no seio da classe culta, familiarizar-se com os grandes nomes do romance inglês, como George Eliot, Thackeray [sic], Jane Austen, Dickens e, inclusive, o Stern [sic] do *Tristram Shandy*. (158) [negritos nossos]

como as relativas à vigência e à prática da escravatura,⁵ as relações político-diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha não terem sido ainda verdadeiramente marcadas pelos atritos de exploração geográfica e comercial, ocupação territorial e colonização conducentes ao Mapa Cor-de-Rosa (1886) e ao *Ultimatum* inglês (1890) nem atingido os níveis de críspação (incluindo a literária)⁶ característicos do último quartel de Oitocentos..., período, aliás, mais propenso à expressão de anglofobias do que anglofilias, mas, em todo o caso, já após a morte de Júlio Dinis (1871).

Antes de avançarmos, recuperemos algumas achegas de 1997:

Conforme tem sido sublinhado por alguns críticos, nem só de pistas literárias se compõe o rasto que a anglofilia de Júlio Dinis deixaria (...) na sua obra; sem fornecer exemplos ou argumentos abonatórios, Irwin Stern (...) criticá-la-ia, por duas vezes, ao apontar a "(...) idolatria cega (de Dinis) pela Inglaterra (...)" e defender que "a sua consciência política foi naturalmente influenciada pelas suas próprias predileções, daí o excessivo e, até certo ponto, injustificado louvor da Inglaterra."⁷ Mas o silêncio que cobre os fundamentos da crítica não apaga, como é lógico, os múltiplos sinais de uma presença; e com efeito, se optarmos por buscar e seguir os indícios de uma ideologia política, social e económica disseminados por tão breve percurso novelístico,⁸ soar-nos-ão talvez como familiares um certo

-
5. Só integral e definitivamente abolida em 1869 pelo 4º Governo (1868-69) chefiado por Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1795-1876), após resoluções parcelares tomadas em 1836, 1842, 1854, etc. (Serrão, *Cronologia, passim*); segundo o historiador, (...) a série de leis do século XIX, que gradualmente foram abolindo servidões em diversos pontos dos domínios portugueses, até à extinção final e absoluta em 1869, muito mais do que o produto da ideologia liberal, foram o resultado dos interesses da nova burguesia nascente e da pressão exercida pela Inglaterra, que via na abolição da escravatura no mundo ocidental a melhor maneira de servir os seus interesses comerciais. (...) Foi mais ou menos nesta altura que a Inglaterra começou a desempenhar o seu papel de paladina do abolicionismo e a fazer pressão sobre Portugal, primeiro e sobre o Brasil, depois da independência. (Idem, *Pequeno Dicionário*: 119-120). Conquanto lateral para este ensaio, sobre a questão da escravatura, incluindo o episódio "Charles et Georges" (1857-1858), vejam-se Almada: 55-56, Guedes: 446-447 e Sousa: 185-205, 212-214 e 216-218.
 6. Cf., por exemplo, *O Vinho do Porto* (1884), de Camilo Castelo Branco (1825-1890) e *John Bull* (1887), de Ramalho Ortigão (1836-1915), além dos três textos coligidos por Armando Castro.
 7. Stern, *Júlio Dinis*: 50 e 74, respectivamente.
 8. Cf., por exemplo, Saraiva: 53 e 63-71, Lepecki *passim*, Buescu: 62-63 e 65-6 e ainda Alarcão: 23, n.50.

e difuso liberalismo progressista (...); o sentido e a proposição de consensos, entendimentos ou alianças interclassistas centrados numa vasta classe média (...), o que permite – e de que não raro resulta – alguma miscigenação e mobilidade sociais e a conseqüente interpenetração de códigos, princípios e valores, o ‘aburguesamento’ do nobre e o ‘enobrecimento’ do burguês e, por conseguinte, a coexistência de velhas e novas ‘aristocracias’ de nascimento e merecimento; o apego, quase diríamos ‘puritano’, à realização pessoal e redenção moral representadas no (e operadas pelo) trabalho honesto e diligente, para além (...) das simples motivações e satisfações económicas; a valorização do carácter, do espírito de iniciativa, da intimidade materializada na casa e na família, etc., etc. Para a germinação de algumas destas ideias terá talvez contribuído o meio onde Júlio Dinis nasceu, cresceu e escreveu: o Porto, berço geográfico, histórico e mitológico da burguesia liberal portuguesa; o Porto, que alguém já definiu como a mais inglesa das nossas cidades; o Porto, que, na sabedoria e percepção populares, trabalha, enquanto Coimbra estuda e Lisboa se diverte. (Alarcão: 26-27)

Como seria de esperar, a obra dinisiana que mais naturalmente se quadra à abordagem da anglofilia (ou “idolatria cega”, na expressão arrojada de Stern) é *Uma Família Inglesa*; o romance, composto entre 1858 (ou 1859) e 1862, inicialmente intitulado *Uma Família de Ingleses* e publicado no *Jornal do Porto* entre Março e Maio de 1867, surgiria em volume no ano imediato, já com o título actual, doravante identificado como *F.I.* Por todas as razões, desde a temática romanesca à conexão portuense, é para nós surpreendente – e mesmo incompreensível! – a inexistência, até à data, de qualquer tradução para a língua inglesa, conforme julgamos poder também depreender-se das palavras de Patricia Odber de Baubeta.⁹ Com efeito, apenas Os

9. Indifference and a lack of translation expertise may go some way towards explaining why key (or full-length) works by leading authors – past and present – have not yet been translated: (...) Júlio Dinis (*Uma Família Inglesa* in particular) (...). (58) O supracitado projecto de tradução de *As Pupilas do Senhor Reitor*, anunciado em 1868, acabaria por nunca se materializar.

Fidalgo da Casa Mourisca (o último romance de Dinis, publicado já postumamente, em 1872), viria a ser traduzido e publicado em 1891 por Roxana Lewis Dabney (1827-1913), membro de uma família de Boston, estabelecida no Faial. Sobre esta tradução, veja-se Monteiro, que, em dada altura, transcreve do prefácio de Dabney o seguinte passo:

In 1861-62 [sic] he [Dinis] published his first novel, 'And [sic] English Family', and from that period until his death, in 1871, he published various tales and romances – mostly of village life – which were highly appreciated, not only for their intrinsic worth, but because **they offered a certain novelty to the Portuguese public, nationalizing, as it were, the modern British romance, unknown in Portugal up to that period.**

He has been **criticized** by some of his countrymen for **his too great admiration for that school**, (...). (*Apud* Monteiro: 44) [negritos nossos]

As passagens de *F.I.* que, através de uma voz narrativa frequentemente pautada pela ironia e da caracterização directa e indirecta de Mr. Richard Whitestone e outras personagens do seu círculo social, profissional e familiar, funcionam como representativas ou emblemáticas de “modos de vida” ou “maneiras de viver” constam sobretudo dos capítulos I (“Espécie de prólogo em que se faz uma apresentação ao leitor”), II (“Mais duas apresentações, e acaba o prólogo”), VIII (“Na Praça”), XV (“Vida inglesa”) e XXXII (“Os convivas de Mr. Richard”), não esquecendo, como é óbvio, a tantas vezes citada descrição do bairro inglês.¹⁰

Se alguns excertos narrativos (e não será descabido recordar

10. O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o *habitat* destes nossos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto... até de preto! – Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. – Já uma manifestação de um viver mais recolhido, mais íntimo, porque o peitoril tem muito menos de indiscreto do que a varanda. Algumas casas ao fundo dos jardins; jardins assombrados, de acácias, tílias, magnólias e cortados de avenidas tortuosas; as portas da rua sempre fechadas. Chaminés fumegando quase constantemente. Persianas e transparentes de fazerem desesperar curiosidades. Ninguém pelas janelas. Nas ruas encontra-se com frequência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos loiros e de babeiros brancos. (cap. IV, “Um anjo familiar”: 96)

que o narrador **não** é o autor, mas, como qualquer outra personagem, uma criação deste) podem efectivamente ser lidos como emitindo ou retransmitindo imagens positivas, radiosas ou triunfantes da “primeira nação industrial” (socorrendo-nos de um título de Peter Matthias) e de uma Grã-Bretanha em meados do seu século de supremacia mundial, a verdade é que o romance resvala não raro para a caricatura e o estereótipo, privilegiando-se, desde o capítulo inaugural, a figura forte e assumidamente tipificada de Richard Whitestone,¹¹ mas não esquecendo Mr. Morlays e Mr. Brains, os equivalentes britânicos de João que chora e João que ri. Com efeito, além das preferências musicais de Richard (Anexo I), reveladoras de uma mentalidade e filosofia de vida marcadas pelo *self-help* e por um optimismo “palmerstonianamente” autoconfiante, ou do desagrado inicial ante a reafirmação do amor de Carlos por Cecília (Anexo II), é sobretudo no capítulo dedicado ao serão dos três ingleses que poderemos encontrar, de facto, algumas notas chauvinistas (Anexo III) – se bem que ainda não, como em breve se diria, “jingoístas”¹² –, mas pelas quais não só seria evidentemente abusivo responsabilizar o autor empírico como poderão inclusive ser vistas como um exercício narratorial de ironia. Pelo exposto, subscreveríamos a posição cautelosamente expressa por Ana Rita Padeira:

11. Entre ossúbditos da rainha Vitória, residentes no Porto, ao principiar a segunda metade do século dezanove, (...) poucos se apontavam como mais fleumáticos e genuinamente ingleses, do que Mr. Richard Whitestone. (...) Verdadeiro inglês da velha Inglaterra, sincero, franco, às vezes rude, mas nunca mesquinho e vil, podia tomar-se por uma vigorosa personificação do típico John Bull. (...); Mr. Richard, o corajoso leitor do *Times*, o inimigo declarado da França, (...) era metal inglês, livre de toda a liga. (...) Enquanto ao físico..., enquanto ao físico era Mr. Whitestone caracterizadamente inglês. (...) Do vestuário podia dizer-se quase o mesmo. Não falseava o tipo. Era ainda inglês de lei. (cap. I: 45, 48, 52) Os exemplos desta anglicidade/britanicidade de Richard Whitestone e alguns compatriotas multiplicam-se ao longo do romance.

12. No verbete editado por Steinberg e Evans, pode ler-se: “(...) a term now used to denote bellicose chauvinism, was first applied to those who favoured intervention on Turkey’s behalf in the Russo-Turkish war of 1877-8. It originated from a music-hall song by G. H. Hunt (refrain: ‘We don’t want to fight, but by jingo if we do, --- We’ve got the ships, we’ve got the men, and got the money too’)” (191)

O sentimento da supremacia britânica que perpassa (...) ao longo de todo o romance constrói-se a partir do ponto de vista que (...) o restrito grupo de ingleses radicado no Porto e na comunidade possui (...). Se por um lado semelhante posicionamento redundava numa visão (...) 'colonialista' que radica na (...) supremacia económica inglesa, e das vantagens que daí resultam, por outro, dá a conhecer aos leitores portugueses uma outra mentalidade relativamente à qual o narrador não se mostra avesso. (Inédito [s.p.])¹³

Apesar do natural primado de *Uma Família Inglesa* em qualquer estudo anglo-português da produção de Júlio Dinis, as possibilidades do comparatismo interliterário apresentam-nos outros desafios como, por exemplo, o confronto da figura do Pe. António, o senhor reitor das *Pupilas*, com Mr. Primrose, narrador e protagonista de *The Vicar of Wakefield* (1766), de Oliver Goldsmith (1728-1774), e *O Pároco de Aldeia*,¹⁴ de Alexandre Herculano, a quem, como é sabido, *As Pupilas...* seria dedicado.¹⁵ Contudo, no quadro poético (que não apenas romanesco-narrativo) português da segunda metade do século XIX, a representação de figuras ou temáticas inglesas/britânicas poderia igualmente inspirar o cotejo do supracitado "A Inglesa", de Dinis, com "Deslumbramentos" e "Frígida", de Cesário Verde (1855-1886), sem esquecer as alusões à presença e civilização da Grã-Bretanha em

13. Conforme nota já o capelão anglicano John Colbatch, praticamente nas vésperas da celebração do tratado ou acordo comercial de Methuen (1703), "Em assunto que se relaciona mais directamente com os nossos negociantes ingleses que vivem naquele reino (Portugal), eles têm motivo para estarem satisfeitos com a nação portuguesa, onde são tratados com todo o respeito e delicadeza por um povo que não pode ser insensível às grandes vantagens que o nosso comércio lhes traz (...), pois nós fornecemos-lhes o que é necessário para a vida em troca de artigos para o nosso luxo: vestimo-los com os nossos tecidos de lã e alimentamo-los com o nosso peixe da Terra Nova e em troca libertamos-lhes o país dos vinhos (e a preços excessivos) que todos os mais sensatos e melhores entre eles pensam que é melhor serem mandados para fora do que ficarem no país. Mas não é só o benefício do comércio que recomendam os nossos compatriotas aos Portugueses; a sua maneira honesta e generosa de negociar deu-lhes tanto crédito que (...) palavra de Inglês é considerada como uma segurança das melhores." (*An Account of the Court of Portugal...*, 1700, cit. por Maria Laura Betcourt Pires, ed., 108)

14. Publicado originalmente na revista *O Panorama* (1844) e posteriormente em volume (1851).

15. Cf. indicação de Simões: 55 e Stern, *Júlio Dinis*: 146.

“Nós” e “O Sentimento de um Ocidental”.

Algumas recensões norte-americanas coetâneas do aparecimento da tradução de *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (F.C.M.) por Roxana Dabney (1891) abrem-nos elas próprias perspectivas de investigação e leitura, ao mencionarem as semelhanças com Jane Austen:¹⁶ o facto de que “It [F.C.M.] introduces us to quite a new field of fiction (...) [and] “He [Júlio Dinis] admired the modern English fashion of story telling, and imitated and introduced it in his own country” (Monteiro: 47-49); e, finalmente, considerando F.C.M. “an example of the best modern Portuguese fiction very fluently and very cleverly Englished [and] (...) a beautiful example of a type common (...) in Continental fiction, – the type which aims to depict the conflict between conservatism and liberalism, between aristocracy and democracy, between old ideas and new.” (*Ibidem*: 49-50) Maria Lúcia Lepecki subscreve esta perspectiva, ao afirmar:

No confronto entre as duas idades da vida terçam armas (...) duas Idades Históricas: a do Portugal Velho e a do Portugal Novo, este desejado e ficcionado à imagem e semelhança do modelo económico-social inglês, tão bem aceite pelo Narrador [sic] de *Uma Família Inglesa* e por Jorge, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. (36-37)

Poderá talvez parecer excessivo detectar e defender a existência, em F.C.M., de traços, vestígios ou sinais da revolução agrária inglesa empreendida a partir do século XVIII,¹⁷ mas apenas seguida de traduções cívico-políticas e socioeconómicas de cariz liberalizante a partir, respectivamente, da 1ª Lei de Reforma eleitoral (*Great Reform Act*, 1832) e da revogação das Leis do Trigo (1846). Não obstante, F.C.M. – romance que, diga-se de passagem, consideramos o mais

16. A mobilidade interclassista e a regeneração pessoal, profissional ou social das personagens através do casamento são aspectos frequentemente apontados como unindo as ficções dinisiana e austeniana; cf., sobre este ponto, Stern, *Jane Austen*.

17. Além das obras específicas de Chambers e Mingay e Kerridge, consulte-se a excelente súmula introdutória traçada por P. W. J. Riley no cap. 11, “Changes in agriculture”: 112-121.

ideologicamente comprometido e socialmente acutilante de Júlio Dinis – não se limita a contrapor, desde o início, a arruinada Casa Mourisca, solar do altivo e sobranceiro Senhor D. Luís Negrão de Vilar de Corvos, à florescente Herdade de Tomé da Póvoa, seu antigo feitor (Anexo IV); o debate entre os dois jovens fidalgos, os irmãos Jorge e Maurício, sobre a poesia da decrepitude e o prosaísmo da pujança, inspirado pela condição contrastante de ambas as propriedades, toma justamente como exemplo a Inglaterra (Anexo V). Com efeito, *F.C.M.* ficcionaliza e reflecte (sobre) realidades, problemas e atavismos da (história da) agricultura portuguesa, nomeadamente as medidas de reestruturação e reforma concebidas por Mouzinho da Silveira (1780-1849), Ministro da Fazenda e da Justiça da regência liberal. Tais medidas, inspiradas pelo liberalismo económico clássico, permitiriam pôr cobro a sisas, foros, talhas e dízimos, estimulando o trabalho e a produtividade e removendo entraves remanescentes (e reminiscentes...) de uma senhorialidade quase “feudal”; no caso concreto dos morgadios, tão encaloradamente debatidos entre Jorge e Frei Januário dos Anjos (Anexo VI), as acções pioneiras gizadas por Mouzinho no início da década de 1830 seriam concluídas apenas trinta anos mais tarde, em 1860 e 1863 (Serrão, *Pequeno Dicionário*:188-189), sendo, pois, *grosso modo* contemporâneas da actividade de criação romanesca por parte do nosso autor.

Paralelamente, se tivermos presente que o período de composição de *F.C.M.* coincide com a vigência do primeiro governo liberal (1868-1874) chefiado por William E. Gladstone (1809-1898), outra possibilidade de investigação seria articular as temáticas agrárias e sociais patentes na obra com questões coevas britânicas, quer na Irlanda (crises ou quebras pontuais na produção de batata, ainda que sem a extensão e os dramáticos custos sociais e humanos de meados da década de 1840; proprietários absentistas, ociosos, obsoletos ou

simplesmente protestantes;¹⁸ a promulgação, em 1870, do *Irish Land Act*; o início, ainda em 1870, do movimento autonómico *Home Rule*, conducente às acções e campanhas de Charles Stewart Parnell (1846-1891) e à apresentação, por Gladstone, da primeira *Home Rule Bill* (1886), quer numa Inglaterra civicamente reconfigurada pela 2ª Lei de Reforma eleitoral (1867).

No que toca ainda a *F.C.M.*, cremos existir margem para leituras à luz da “moral” vitoriana no que se refere ao trabalho, consubstanciada nos cinco “Evangelhos” de Samuel Smiles (1812-1904),¹⁹ ou, no plano interno, para a detecção de marcas da filosofia e actividade modernizadoras da Regeneração e do Fontismo.²⁰ Tratando-se, ainda para mais, de um autor tão tradicional – e afuniladamente – conotado com o “romance rural” ou “campesino” e apesar de nunca ter saído do país (nele incluindo, como hoje, a actual Região Autónoma

18. Irish agriculture was overwhelmingly the country's largest industry and was overwhelmingly owned by Protestants, who mostly, contrary to popular myth, lived in or near their estates. It flourished in the boom of 1850s and 1860s and achieved a modest degree of technical improvement, but it remained, compared with England, grossly under-capitalized. (Morgan: 500)

19. *Self-Help* (1859), *Character* (1871), *Thrift* (1875), *Duty* (1880) e *Life and Labour* (1887).

20. By the time Dinis began writing his novels (...) the country had embarked upon a period of relative political and social stability known as *Regeneração*. Albeit internally wounded by the memory of the civil war and economically handicapped by the loss of Brazil in 1822, Portugal had entered an epoch of two-party parliamentary rotativism and infrastructural reconstruction which on the political front promoted low-grade cooperation in social policy implementation between the two by now barely distinguishable parties, and in more generalized aspects witnessed a profound alteration in the socio-economic landscape, both urban and rural: changes in legislation controlling land ownership, the abolition of the quasi-feudal law of *morgadios*, the extension of roads and railways into the countryside, and intellectually – within an urban context – the rise of the cult of science in line with the changing mood abroad. Júlio Dinis, therefore, observed, thought and wrote on the cusp of two eras: the old order of an imperial, sea-faring and more recently war-torn Portugal, and the new order of a nation recently and possibly precariously at peace, seeking to modernize and industrialize along the lines of the new progressive scientific and technological advances apparent elsewhere in Europe. (Lisboa, *Júlio Dinis and History*: 39) Armando Marques Guedes esboça implicitamente uma analogia político-partidária anglo-portuguesa, ao notar, referindo-se ao 3º ministério (1851-56) chefiado pelo carismático Duque de Saldanha (D. João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, 1790-1876):

Caminha-se para o rotativismo, à inglesa [sic], com a aglutinação dos diversos grupos políticos em dois fortes partidos de governo [sic] (*regeneradores e históricos*). (...) Durante um período relativamente largo (de 1859 a 1876) alternam-se os governos (...) Entra-se então definitivamente no regime rotativo, que garante ao país um período largo de ordem e de administração produtiva. (...) De 1850 até ao fim do século, alternam-se no poder, sob as direcções de Gladstone e Disraéli [sic], os dois grandes partidos rotativos, liberais e conservadores, realizando ambos uma larga obra de reformas e de progresso. (446, 448)

da Madeira), o levantamento de sinais de abertura a/sintonia com realidades oriundas de países e sociedades mais avançadas (Anexo VII)²¹ e que pudessem viabilizar uma modernização que não significasse nem implicasse uma descaracterização de Portugal, constitui um projecto que permitiria enquadrar, repensando-a pessoal e geracionalmente, a “anglofilia” de Júlio Dinis. Para já não falar, numa era tão marcada por princípios, ideias e ideais de “evolução” e “progresso”, de dois dos monarcas contemporâneos do escritor – D. Pedro V (1837-1861), correspondente assíduo com o seu tio, Albert de Saxe-Coburg Gotha (1819-1861),²² e, como ele, receptivo a inovações e avanços técnicos, e D. Luís (1838-1889), tradutor de Shakespeare – ou da demais produção textual anglo-portuguesa (epistolar, ensaística, cronística, etc.) envolvendo, entre outros (cf. *supra*, n.6), alguns grandes nomes da Geração de 70 e dos Vencidos da Vida como Eça de Queirós (1845-1900),²³ J. P. Oliveira Martins (1845-1894)²⁴ e Jaime Batalha Reis (1847-1935),²⁵ nas décadas imediatamente posteriores à morte do nosso autor. Não será, pois, a anglofilia o preço cobrado a Júlio Dinis por um país culturalmente traduzido do francês até ao pós-guerra do século passado?

-
21. Dinis was someone whose political upbringing, progressive inclinations, urban background and formal education (he studied medicine), clearly predisposed him towards his epoch's reverential cult of political, social and scientific advancement. But, on the other hand, he was someone whose historical understanding of the importance of the country's agricultural footing, belated conversion to the delights of the rural idyll (...), also made him fear the damage which the inroads of science, technology and industry might inflict upon a series of personal and national, imagined or desired, gardens of Eden. (Lisboa, *Júlio Dinis and History*: 42)
22. Cf. volume compilado por Ruben Andresen Leitão (1920-1975) em 1954.
23. *Cartas de Inglaterra* (publicadas avulsa e originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1880-1882, e em volume organizado por Luís de Magalhães e editado no Porto pela Livraria Chardron, de Lello & Irmão, em 1905) e *Crônicas de Londres (A Actualidade)*, Porto, 1877-1878, publicadas em 1940, com organização de Lopes de Oliveira e Câmara Reis, que as haviam dado à luz na revista *Seara Nova* (n.º 692-706, 1940-1941), e republicadas por um neto de Eça na editora Aviz (1944). Agradecemos à Sr.ª Dr.ª Sandra Melo, Técnica Cultural da Fundação Eça de Queirós (Quinta de Tormes, Santa Cruz do Douro, Baião) o pronto e gentilíssimo envio de todos estes dados.
24. *A Inglaterra de Hoje* (publicadas avulsa e originalmente no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1892, e, já como livro, em 1893).
25. *Revista Inglesa* (1988), reunindo crônicas publicadas avulsa e originalmente em *O Repórter* (1888) e na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 1893-1896).

Referências da Bibliografia Selectiva

A – Primária

- Dinis, Júlio. *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Barcelos: Livraria Figueirinhas/Companhia Editora do Minho, 1970.
- *Uma Família Inglesa*. Apresentação crítica, notas e sugestões para análise literária de Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Comunicação, “Textos Literários”, n° 43, 1985.

B – Secundária/Varia

- Abreu, Cármen da Conceição Matos. *Júlio Dinis. Representações Romanescas do Corpo Psicológico e Social: Influência e Interferência da Literatura Inglesa*. Dissertação de Doutoramento, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- Alarcão, Miguel. “*Dedicated Followers of Fashion: Do Toucador de Belinda ao Quarto de Carlos*”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, n° 6 (1997), 7-33. Disponível em <<http://run.unl.pt/handle/10362/15188>>.
- Almada, José de. *Para a História da Aliança Luso-Britânica*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1955.
- Branco, Camilo Castelo. *O Vinho do Porto. Processo de uma Bestialidade Inglesa. Exposição a Thomaz Ribeiro por ---*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, Artes Gráficas, Lda., 1984 (1884).
- Buescu, Helena Carvalhão. “Ler Júlio Dinis”. *A Lua, a Literatura e o Mundo*. Lisboa: Edições Cosmos, “Cosmos Literatura”, n° 6, 1995. 59-67.
- *Incidências do Olhar: Percepção e Representação. Natureza e Registo Descritivo na Evolução do Romance Romântico (Portugal, França, Inglaterra)*. (Dissertação de Doutoramento em Literatura Comparada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988). Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- Castro, Armando (ed.). *A Dominação Inglesa em Portugal com Três Textos do Séc. XIX em Antologia*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1974.
- Chambers, J. D. e G. E. Mingay. *The Agricultural Revolution, 1750-1880*. London: Batsford, 1966.
- Cidade, Hernâni e Ruy d’Abreu Torres. “Júlio Dinis”. *Cultura Portuguesa*.

- Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade/Editorial Notícias, 1975, vol. 14. 157-169.
- Coelho, Jacinto do Prado. "O Monólogo Interior em Júlio Dinis". *A Letra e o Leitor*. 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores, "Temas e Problemas", 1977. 125-137 (1969).
- Cruz, Liberto. "Júlio Dinis e o Sentido Social da sua Obra". *Colóquio/Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, nº7 (Maio de 1972). 31-39.
- Dinis, Júlio. *Poesias*. Com uma Biografia do Autor por A. X. Rodrigues Cordeiro. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1971.
- Dória, António Álvaro. *A Vida Rural no Romance Português*. Lisboa: [s.ed.], 1950.
- Egan, Linda. "Uma Leitura de Júlio Dinis, Pré-Pós-Modernista, ou a Vingança de uma Oitocentista Desfasada". *Colóquio/Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, nº 134 (Outubro/Dezembro, 1994). 55-72.
- Evans, I.H. e S. H. Steinberg, S. H. (eds.) *Steinberg's Dictionary of British History*. London: Book Club Associates, 1974 (1963).
- Grasse, Stephen A., *O Império do Mal. 101 Maneiras de como a Inglaterra deu cabo do Mundo*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, S.A., 2008 (*The Evil Empire*. Philadelphia, Penn: Quirk Productions Inc., e FHP, LLC, 2007).
- Guedes, Armando Marques. *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática), 1383-1943*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., MCMXLIII [1943].
- Kerridge, Eric. *The Agricultural Revolution*. London: Allen & Unwin, 1967.
- Leitão, Ruben Andresen (tradução e estudo). *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*. Lisboa: Portugalia/Fundação da Casa de Bragança, 1954.
- Lepecki, Maria Lúcia. *Romantismo e Realismo na Obra de Júlio Dinis*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, "Biblioteca Breve", nº 39, 1979.
- Lisboa, Maria Manuel. "Júlio Dinis and History Revisited: What Good is a Dead Mother?". *Portuguese Studies*, vol. 19 (2003). 38-50.
- *Júlio Dinis: História e Pátria Revisitadas*. S. Paulo: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, col. "Memo", 1998. 3-45.
- Lopes, Marina de Almeida Ribeiro A. P. *O Simbolismo da Casa em Júlio Dinis*. Lisboa: Difel, Lda., 1990 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários Comparados apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987).
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, col. "Signos", nº 46, 1988 (*Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, 1981).
- Marchon, Maria Livia Diana de Araújo. *A Arte de Contar em Júlio Dinis. Alguns Aspectos da sua Técnica Narrativa*. Coimbra: Livraria Almedina, "Novalmedina", nº 38, 1986.
- Mikes, George. *How to be a Brit. A George Mikes Minibus*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1987 (*How to be an Alien*, 1946; *How to be Inimitable*, 1960; *How to be Decadent*, 1977).

- Monteiro, George. "A Tale of Two Classics: Nineteenth Century American Translations of Eça de Queirós and Júlio Dinis". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, n° 22 (2013). 23-56.
- Morgan, Kenneth O. (ed.) *The Oxford Illustrated History of Britain*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1989 (1984).
- Navarro, Ana Rita Soveral Padeira. *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Portugueses apresentada à Univesidade Aberta, 1999. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.2/2496>>.
- Odber de Baubeta, Patricia A. "Portuguese Literature in English Translation". *Companion to Portuguese Studies*. Eds. Stephen Parkinson, Claudia Pazos Alonzo e T. F. Earle. Woodbridge: Tamesis, 2009, cap. 16. 202-213.
- "The Sir Henry Thomas Project: Towards a History of Portuguese Literature in English Translation". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, n° 10 (2001). 43-65.
- Ortigão, Ramalho. "A Mr. John Bull". *As Farpas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, "Obras Completas de Ramalho Ortigão", t. II, 1943. 95-131 (1887).
- "A Sir John Bull em sua Ilha. Canal de Mancha, Lado Esquerdo". *John Bull. Depoimentos de uma Testemunha Acerca de Alguns Aspectos da Vida e da Civilização Inglesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, [s.d.] 5-30 (1887).
- Paxman, Jeremy. *The English. A Portrait of a People*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1999 ([s.l.]: Michael Joseph, 1998).
- Padeira, Ana Rita Soveral. "O Porto de Uma família inglesa – Estereótipos e Contaminações". Comunicação, inédita, apresentada ao II Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses. Lisboa: 2011.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. *Portugal Visto pelos Ingleses*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- R.[ebelo], L.[uís] S.[ousa]. "Influência Inglesa na Literatura Portuguesa". *Dicionário de Literatura*. Dir. Jacinto do Prado Coelho. 3ª ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1987, 2º vol. 481-487.
- Riley, P. W. J. *A Social and Economic History of England*. London: G. Bell and Sons, Ltd., 1965.
- Santilli, Maria Aparecida. "O Romance Urbano de Júlio Dinis: o Homem e a Sociedade Burguesa". *Revista de Letras*, vol. 11 (1 Jan. 1968). 127-152.
- Saraiva, António José. "Júlio Dinis". *Para a História da Cultura em Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979, II. 47-73 (1946).
- Scruton, Roger. *England. An Elegy*. London: Pimlico, 2001 (Chatto & Windus, 2000).
- Serrão, Joel. *Cronologia Geral da História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Livros

- Horizonte, col. "Horizonte", 41, 1980 (1971).
- (dir.) *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- Silva, Sónia Cristina Gomes da. *Imagens da Inglaterra Vitoriana em "Uma Família Inglesa", de Júlio Dinis*. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses, inédita, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Simões, João Gaspar. *Júlio Dinis*. Lisboa: Editora Arcádia, "A Obra e o Homem", nº 12, s.d. (1964).
- Sousa, Carlos Hermenegildo de. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Lisboa: Edições Marânus, 1939.
- Stern, Irwin. "Jane Austen e Júlio Dinis". *Colóquio/Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 30 (Março de 1976). 61-68.
- *Júlio Dinis e o Romance Português (1860-1870)*. Porto: Lello & Irmão, 1972.

Anexo I

De entre a colecção de melodias, ou cantos populares, publicadas naquele ano [1855] em Londres, e procuradas com alvoroço pelos amadores nacionais espalhados por todo o mundo, havia uma que Mr. Richard sobre todas amava. Era essa a que vinha trauteando ao entrar na sala.

Tanto na índole desta música, como na da letra, que assina o nome do dr. Mackay, encontrava-se de facto muito do característico génio inglês, para justificar de sobra esta preferência.

É um canto de animação aos numerosos bandos de emigrados, que de todos os pontos da Grã-Bretanha partem a cruzar os mares, à procura da riqueza, e, sem lágrimas, se despedem do berço natal, que todavia amam com fervor. Se é licito admitir que, nestas lutas travadas no seio da sociedade actual para conquistar a riqueza, pode ainda incidir um raio daquele esplendor épico, de que se iluminam os trabalhos (...) do mitológico Jasão, decerto os ingleses são os heróis dessas epopeias modernas. Aquele desprendimento com que se separam do que amam quase com fanatismo – a pátria e a família –, aquela coragem estóica, que os alenta nos reveses, e a firmeza de ânimo, que nas vitórias lhes evita os sonos perigosos, dão a esses argonautas do comércio um prestígio respeitável, que certas ridículas exterioridades não podem sufocar.

Como complemento ao estudo do carácter de Mr. Richard Whistone daremos aqui a tradução dos versos do dr. Mackay, por ser o conceito deles afinado pelo sentir do honrado negociante.

Era esta mesma canção a que os soldados ingleses entoavam na Crimeia, durante a campanha daquele tempo; e ao partirem da pátria, enquanto os instrumentos marciais soltavam aos ventos as notas deste canto popular, milhares de espectadores cantavam uníssonos:

Cheer, boys!,cheer...

que são as primeiras palavras do hino, que traduziremos assim:

“Eia! rapazes, eia! Longe de nós a ociosa tristeza. Almas varonis, a coragem nos alentará no caminho! A esperança impele-nos para diante, e mostra-nos um esplêndido amanhã; esqueçamos portanto a escuridade de hoje.

Adeus, pois, ó Inglaterra! Ficam-te ainda muitos filhos, que como nós te amem.

Nós enxugaremos as lágrimas, que ao princípio derramamos. Porque havemos de chorar, ao soltarmos as velas em busca da fortuna? Adeus, pois, adeus, Inglaterra! adeus para sempre.

Eia! rapazes, eia! pelo país! pelo país natal! – Eia, rapazes! a vontade forte imprime vigor ao braço. Eia! a riqueza recompensa o trabalho honrado; eia! eia, rapazes! pela nova terra, pela terra feliz!

Eia! uma favorável brisa sopra para nos impelir livremente sobre o dorso do oceano; o mundo seguir-nos-á pela esteira que deixarmos; no Ocidente brilha a estrela do império. Aqui temos fadigas e pouco a recompensá-las; além a abundância sorrirá às nossas penas; e nossas serão as planícies e as florestas, e o grão dourado amadurecerá para nós em campos sem limites.” (*F.I.*, cap. V: 109-111)

Anexo II

O amor próprio de Mr. Richard – porque enfim é forçoso confessar que Mr. Richard tinha amor próprio também – não se sentia muito lisonjeado com esta (...) paixão de Carlos por Cecília, a filha do seu guarda-livros.

Um enxame de preconceitos se alvoroçava todo a esta ideia; preconceitos que a razão clara e forte de Mr. Richard se pejeria de reconhecer como legítimos, mas aos quais, sem o saber, se sujeitava.

Eram de diversas ordens.

Preconceitos de inglês, primeiro que tudo; nunca é com absoluta indiferença que o filho da Grã-Bretanha vê uma mulher de outro país roubar-lhe o coração de algum dos seus parentes. Há em toda a alma inglesa a profunda convicção mais ou menos declarada de uma superioridade de raça, que a não deixa encarar desapaixonada alianças destas.

Depois sobrevinham os preconceitos de comerciante, o qual, por mais consideração e estima que tenha por um guarda-livros, não pode de todo em todo olhá-lo como de natureza igual à sua, e não se lisonjeia demasiado com obter nora ou genro em casa dele.

Ainda o preocupavam preconceitos de capitalista; por mais filosóficas doutrinas que estes expendam sobre a vaidade das riquezas, na prática da vida não abstraem desse elemento quando combinam cálculos para resolver o problema da felicidade. Finalmente até preconceitos de pai lhe ofuscavam a luz da inteligência, pois não obstante a severidade das arguições que lhe ouvimos, é certo que poucas mulheres no mundo lhe pareciam dignas do seu Carlos. (*F.I.*, cap. XXXV: 460-461)

Anexo III

Pouco a pouco, ascendeu a conferência a mais sublimados assuntos. A questão política abriu campo a mais vasta questão social, onde os dois ingleses continuaram a conservar cada um a sua provada individualidade ao serviço da causa da pátria comum.

Mr. Brains, o optimista, abraçava-se com entranhado affecto às utopias. Neste momento, estendendo a vista através dos séculos futuros, estava percebendo ao longe a tão almejada unidade dos povos, realizada por uma só nação, por uma legislação única, por uma língua comum; a supressão da palavra "guerra" desse vocabulário

universal, em consequência de não ter objecto a que se aplicar; (...)

— Então é que se realizará o último fim do homem na terra! Que não viva eu, Mr. Whitestone, para saudar esse grande dia! Que não possa dizer, na língua universal de então, o meu “bom dia” ao sol que romper!

Mr. Richard, sorrindo com ares de quem não tinha fé muito ardente em tão dourado futuro, perguntou:

— E que língua será essa, Mr. Brains? alguma das existentes hoje, que se generalizará; ou outra nova, que terá de se formar ainda?

— Quem o pode dizer, Mr. Richard? Isso é segredo do futuro. Mas não há dúvida que existem grandes plausibilidades a favor da inglesa.

— Ah! sim?

— Por certo. Primeiro que tudo, é a Inglaterra a primeira nação colonial. Em todas as cinco partes do mundo é já familiar o inglês. A jovem América, nos seus elementos mais vigorosos, nos que não de vencer os outros, é de origem inglesa também. E depois, meu caro Mr. Richard, a França tem em si inoculado o princípio destruidor, que há-de sacrificá-la; a França é papista, o que vem a ser o mesmo que estar condenada à morte. Demais, o carácter filosófico da língua inglesa...

Não o seguiremos agora na dissertação filológica, cujo corolário foi que, com o andar dos séculos, toda a humanidade falaria inglês – lei que, se se realizasse, talvez concorresse a produzir grave desafi-nação na celebrada harmonia dos orbes (...).

Mr. Morlays tomou a palavra para ir à mão ao compatriota.

Como era de prever, não tinham tanto de lisonjeiras as vistas de Mr. Morlays sobre os destinos sociais. A humanidade, principalmente a que não era inglesa, não devia, pensava ele, bater as palmas ao futuro, que se lhe antolhava.

Sempre que meditava nestas coisas, Mr. Morlays, em vez de sorrir a utopias, sonhava catástrofes. Foi por isso que ponderou em tom lúgubre:

— Não creio, Mr. Brains, não creio que seja possível realizar-se dessa maneira e por o sucessivo progresso dos povos essa nacionalidade

universal. Segundo o que eu tenho lido, o mundo, em que pousamos os pés, é essencialmente sujeito a convulsões; encerra um núcleo inflamado, que, a cada momento, lhe está alterando a superfície. Grandes cataclismos tem já presenciado a humanidade, e quem sabe quantos presenciará ainda? Parte dos continentes que habitamos, segundo se lê nos livros dos naturalistas, foram outrora todos cobertos de águas; sendo de crer que nações de outros tempos estejam sepultadas hoje nos abismos do mar. Ora, se no futuro se operarem ainda dessas revoluções, (...) a parte continental do globo será submergida e do seio das águas surgirão superfícies não povoadas. O que é possível é que, em virtude das especiais condições geográficas da Inglaterra e da sua natureza insular, ela não participe da sorte dos grandes continentes, dos quais está desligada; que prevaleça e sobreviva à ruína e submersão deles, vendo até crescerem ao seu território as novas terras, que o cataclismo arrancar do fundo dos mares. Então talvez, e só assim, se poderá realizar o futuro, que Mr. Brains imagina, sendo os ingleses os únicos possuidores do globo.

Depois, como se receasse que esta tão extravagante como patriótica teoria geológica não tivesse sido compreendida, acrescentou:

— Porque... reparem. Vejam este chapéu – e tomou para exemplo o chapéu de pano, que servia a Mr. Richard durante as suas operações hortícolas. – Suponhamos esta copa o mundo; sendo as saliências das dobras os continentes, e as cavidades os mares; aquela pequena saliência do meio, que fica isolada das outras, seja a Inglaterra. Carregando eu nas saliências exteriores, até as desfazer, as cavidades elevam-se e vão aumentar a saliência do meio. Vêem?

E, como para não perder a feição pessimista (...), concluiu:

— Talvez fosse uma felicidade que todas as saliências se desfizessem de vez!

Já vêem os leitores que, embora por processos diferentes, os dois compatriotas de Peel aguardam com fé viva o mesmo fenómeno na história do futuro: — O soberano predomínio da nação inglesa sobre o mundo inteiro.

Esta é de facto a crença de todo o verdadeiro inglês, diversificando apenas, como os dois grandes exemplares que o leitor tem à vista,

na maneira de concebê-la realizada.

Mr. Richard sorriu à teoria histórico-geológica do amigo.

— Será bom que, por cautela, nos vamos passando para a ilha, Mr. Morlays. O fundo dos mares não é grande clima para viver, e o cônsul de Sua Majestade não nos isentará de sermos engolidos como simples portugueses. (*F.I.*, cap. XXXII: 431-434)

Anexo IV

Na raiz da colina fronteira àquela, onde o solar dos fidalgos erguia as suas torres ameaçadas, assentava o mais risonho e próspero casal dos arredores. Era uma completa casa rústica, conhecida por aqueles sítios pelo nome, que por excelência se lhe dera, da Herdade.

O contraste entre a herdade e o velho solar era perfeito.

Ela graciosa e alvejante, ele severo e sombrio; de um lado todos os sinais de actualidade, de vida, de trabalho, da indústria que tudo aproveita, que não dorme, que não descansa; a economia, a previdência, o futuro; do outro, o passado, a tradição estéril, o silêncio, a incúria, o desperdício, a ruína; a cada pedra que o tempo derrubava do palácio, correspondia uma que se assentava na Herdade para alicerces de novas construções; aqui esmoronava-se um pavilhão, ali levantava-se um celeiro, uma azenha, um lagar; aos velhos carvalhos, às heras vigorosas, aos aveludados musgos, aos líquenes multicores, severas galas, com que se adornava a casa nobre, opunha a Herdade os pomares produtivos, as ondulantes searas, os prados verdes, as vinhas férteis e (...) os canteiros de rosas e balsaminas, onde volteavam incessantes as abelhas das colmeias vizinhas. Nas amplas cavaliças do palácio, onde outrora relinchavam dúzias de cavalos das mais apuradas raças, ainda batiam com impaciência no lajedo dois velhos exemplares de bom sangue, cujo sacrifício a economia não exigira ainda; nas mais modestas cavaliças do casal, duas éguas robustas, prontas para o serviço, (...) preparavam-se em fartas manjedouras para frequentes e longas excursões; e ao entardecer abriam-se os currais a numerosas cabeças de gado, cujos mugidos chegavam

até o alto da Casa Mourisca, onde o velho fidalgo [D. Luís] muitas vezes os escutava, pensativo e melancólico. (*F.C.M.*, cap. I: 16)

Anexo V

[Fala de Maurício] A poesia não assiste ao edifício que se levanta, mas ao que se arruína; gosta mais dos musgos, do que da cal; do lado do passado é que a encontras, melancólica, que é o ar que lhe convém. (...) A poesia dos utilitários! Com o que tu me vens! Não sei quem foi que há tempos me disse ter lido uma notícia curiosa a respeito da Inglaterra. Parece que o espírito industrial e económico daquela gente vai por lá destruindo as florestas, as matas, as sebes vivas, o que emudecerá dentro em pouco os coros das aves; os rebanhos, que dantes pastavam pelas campinas verdes, hoje (...) vão engordando nos estábulos! Que mais falta? A voz dos camponeses, as cantigas e as músicas rurais hão-de calar-se ao ruído do ranger das máquinas e do silvo do vapor. Admirável! Em vez do fumo alvo e ténue das choças ficará o céu coberto de fumo negro e espesso do carvão de pedra. Que modelo de aldeia o que nos vem da Inglaterra! Na verdade! que poesia!

No que tu me vens falar! Na Inglaterra agrícola! – acudiu Jorge. – Mas antes lá é que bem se compreende a poesia da vida rural, que até a nobreza a não despreza. Sempre ouvi dizer que os senhores das terras e os rendeiros fraternizam e auxiliam-se mutuamente [sic], e que os trabalhos do ano sucedem-se entre festas e solenidades populares, lucrando todos, trabalhando todos, e enriquecendo cada vez mais a terra. Deves confessar que há mais poesia nos domínios senhoris dos lordes de Inglaterra, que dirigem por si mesmos as suas vastas empresas agrícolas, do que nos pardieiros em ruína dos nossos morgados, em cujas velhas salas dormem os proprietários o sono da ignorância, da inutilidade e da devassidão. (*F.C.M.*, cap. II: 22-23)

Anexo VI

[Fala de Frei Januário] A culpa é desta gente que nos governa, destes homens que juraram perder tudo quanto era nobreza para poderem fazer das suas, sem ter quem lhe vá à mão. Percebe agora? Desde que os liberais...

[Fala de Jorge] Por quem é, Frei Januário, não me venha outra vez com os liberais. Eu tenho a razão bastante clara para ver as coisas como elas são, e não me deixar levar por essa cantiga do costume. Os liberais!... Os liberais o que fizeram foi aliviar a agricultura dos enormes encargos que dantes pesavam sobre ela e que não a deixavam prosperar, foi criar leis e instituições que facilitassem os esforços dos laboriosos e castigassem severamente a incúria e a ociosidade. Quando ao desoprimir-se o lavrador de tributos pesados e iníquos e dos odiosos vexames do fisco, ao tornarem-se-lhe mais fáceis os contratos e as transmissões da propriedade, ao criarem-se-lhe recursos para ele tirar do seu trabalho e da sua inteligência dez vezes mais do que dantes podia obter, quando na época em que tudo isto se realiza, uma casa como a nossa, em vez de prosperar como tantas, vê apressada a sua decadência, é porque tem em si um velho e incurável cancro a roê-la. E é esse cancro que eu quero conhecer, para extirpá-lo, se ainda for possível.

— Eu estou pasmado! Pelo que ouço, acha o menino que todas essas fornadas de leis, que esta gente tem feito, são muito boas e que a sua casa devia ser muito bem servida com elas?

— Essas leis de que se queixa, são racionais; uma casa racionalmente administrada não pode pois perder com elas.

— Sim, senhor! Visto isso, o menino, que depois da morte dos manos, ficou sendo o filho mais velho da família, gostou talvez muito de ver acabar com os morgados? Sim, como as leis modernas são tão boas, havia de gostar – argumentou o procurador, com ares de finura, como de quem apanhava em falso o seu adversário.

Jorge respondeu serenamente:

— E porque não? A abolição dos morgados acho eu que foi um grande acto de justiça e de moralidade; além de ser uma medida de longo alcance político.

— Ai... ai... ai... O que mais terei de ouvir! O menino está perdido!... Pois já me aplaude a maldita lei, que há-de dar cabo das famílias mais ilustres do reino... Ai, como ele está...

— Deixe-se disso. A abolição dos vínculos só trouxe a morte às casas que deviam morrer. O que ela fez foi proclamar a necessidade do trabalho indistintamente para quem quiser prosperar. O esplendor das famílias deve ficar somente [sic] ao cuidado dos membros dela e não da lei. Quando esses não tenham brio nem dignidade para o sustentar, justo é que ele se apague, e que o nome dos antepassados não continue a ser desonrado pelos vícios e ociosidade dos descendentes. Mas deixemo-nos destas discussões, Frei Januário. O meu partido está tomado. Mais tarde saberá das consequências dele.

E Jorge saiu da sala, deixando o egresso apatetado com o que ouvira. (*F.C.M.*, cap. IV: 46-47)

Anexo VII

A sua iniciativa [de Jorge], esclarecida pela inteligência e mantida por uma forte energia de carácter, apontava um exemplo salutar aos proprietários vizinhos, que já se animavam a segui-lo. Graças a este exemplo, terminavam muitos prejuízos, esqueciam práticas rotineiras, que ainda hoje tolhem o progresso à nossa agricultura, aventuravam-se inovações já abonadas pela experiência de países mais cultos, e a que se opõem entre nós a ignorância e a timidez que nasce dela.

A vida inteira de Jorge era uma eloquente e severa lição para os proprietários rurais, que, vivendo longe dos seus bens, consomem nos desperdícios da corte as magras rendas que eles, longe da solicitude dos donos, lhes concedem; deixam assim a pouco e pouco extenuar a terra e definhar-se a propriedade nas mãos de caseiros ávidos, que não tendo o futuro ligado a ela, sacrificam ao bem do presente, que é o único com que podem contar.

Assim aprendessem nessa lição tantos que deveriam segui-la, e talvez que a riqueza do país se desentranhasse do solo, onde ainda

está enclausurada, surgindo à luz para nos apresentar aos olhos de outras nações dignas da nossa época e do tracto de terra que ocupamos na Europa. (*F.C.M.*, Conclusão: 404-405)